

FIQUE POR DENTRO

PL das Fake News pode ser votado na Câmara em 2021; entenda o que mudou



Expressão "Fake News" na tela do celular

Imagem: Pedro França/Agência Senado

Leticia Naísa

De Tilt, em São Paulo

14/12/2021 09h30

O texto do PL 2630/2020, o PL das Fake News, está novamente nas mãos da Câmara dos Deputados. Na versão final do texto que vai a plenário, alguns pontos relativos ao encaminhamento de mensagens em aplicativos como WhatsApp e Telegram, além da rastreabilidade de mensagens, mudaram. Foram mantidas sanções às redes sociais que descumprirem a Lei e regras relativas a transparência e postagens patrocinadas.

Em entrevista a **Tilt**, o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), relator do projeto, afirmou que espera que a medida entre em votação ainda este ano. "Entreguei pessoalmente o texto ao Arthur Lira", diz, referindo-se ao presidente da Câmara. Passando pelos deputados, o projeto volta ao Senado. "A ideia é que seja votado no Senado, no máximo, no começo do ano que vem", afirma Silva.

PUBLICIDADE



Pausado pelo McAfee® Web Boost

Relacionadas



WhatsApp quer combater a fake news, mas critica rastreamento de mensagens



NYT: Telegram vira refúgio da extrema direita após chamado de Bolsonaro



Receba notícias de Tilt em seu WhatsApp

O Grupo de Trabalho (GT) de Aperfeiçoamento da Legislação na Internet da Câmara dos Deputados finalizou a revisão do projeto na semana passada.

Como ficou o novo texto do PL das Fake News

O PL das Fake News foi criado para tipificar o crime de distribuição de notícias falsas pela internet. O texto original foi aprovado em junho de 2020 pelos senadores e ficou nas mãos de 13 deputados que compõem o GT até semana passada. A equipe recebeu contribuições técnicas em audiências públicas.

Entre os pontos que sofreram mudanças, pelo menos dois são mais polêmicos. O primeiro se refere à funcionalidade de encaminhamento de mensagens e o outro sobre a rastreabilidade das mensagens. Abaixo, **Tilt** explica o que mudou.

Encaminhamento de mensagens

Como é hoje? Não existe legislação sobre o tema. Desde 2019, o WhatsApp, o serviço de mensagens mais usado no Brasil, limita o número de encaminhamentos para até cinco contatos. Em 2020, a regra mudou ligeiramente, mensagens marcadas como "encaminhadas com frequência" podem ser enviadas apenas para uma pessoa ou grupo por vez. O número máximo de membros em grupos é de 256. No Telegram, é permitido apenas um encaminhamento por vez, mas os grupos podem ter até 200 mil membros.

Qual a proposta original? No projeto que chegou ao GT, estava prevista a limitação de encaminhamento para no máximo cinco usuários ou grupos, sendo que o máximo de membros para grupos deveria ser de 256 contatos. Em período de propaganda eleitoral, esse limite cairia para apenas um encaminhamento.

O que mudou? A nova proposta retira o número da regra de encaminhamento e estabelece um limite previsto por um Código de Conduta, que será feito pelas próprias plataformas e validado pelo CGI (Comitê Gestor da Internet). "A empresa vai se autorregular seguindo determinados parâmetros do Comitê", explica Silva.

Rastreabilidade

Como é hoje? As empresas não são obrigadas por lei a armazenarem registros de mensagens, sejam encaminhadas ou não.

Qual a proposta original? O texto que saiu do Senado previa monitoramento prévio e em massa de todas as mensagens trafegadas nos aplicativos com mais de 10 milhões de usuários no Brasil. As mensagens encaminhadas mais de cinco vezes ou que atingissem mil pessoas em até 15 dias deveriam ser guardadas por três meses.

O que mudou? O GT retirou a rastreabilidade das mensagens e prevê monitoramento apenas das interações de usuários suspeitos após ordem judicial.

Outros pontos importantes do PL

- **Transparência:** as redes sociais terão que gerar relatórios de transparência sobre medidas adotadas para prevenção de disseminação de fake news.
- **Remoção de conteúdo:** a rede social que excluir conteúdo vai ter que justificar as remoções para os usuários autores das postagens.
- **Sanções:** as empresas que infringirem as regras previstas no PL ficam sujeitas a advertências e multa de até 10% do faturamento.

- **Posts patrocinados:** a lei determina que os critérios, metodologias e métricas de alcance de postagens patrocinadas devem estar nos relatórios de transparência e os posts com publicidade também devem ser identificados. Fica vedado a funcionários em cargos públicos receber dinheiro de publicidade na internet e o governo também não pode gastar dinheiro público com propaganda em sites e redes que promovam discursos violentos.

A repercussão das mudanças

"Em lei sobre tecnologia não adianta querer regradar sobre uma funcionalidade, mexer na arquitetura da plataforma", defende o deputado Orlando Silva. Para ele, as mudanças feitas foram positivas e a medida é importante para restringir os disparos em massa.

Entre especialistas ouvidos pela reportagem, a limitação do compartilhamento de mensagens é positiva para conter a desinformação.

"Se pensarmos em combater a disseminação de fake news, é importante ter algum parâmetro", diz Gisele Truzzi, advogada especialista em direito digital. Contudo, ela acrescenta que, do ponto de vista de intervenção estatal em um aplicativo de empresa privada, a decisão pode não ser bem-vinda.

Procurado pela reportagem, o WhatsApp afirmou que não irá se manifestar sobre o PL enquanto não for apresentada uma versão final do texto.

Para André Ramiro, diretor do Instituto de Pesquisa em Direito e Tecnologia do Recife, o PL é ainda muito amplo e exige um debate complexo, mas o resultado é satisfatório.

"Ele poderia só falar de redes sociais ou só de plataformas de mensagens. Se ele falasse só sobre aplicativos de mensagens, talvez a gente conseguisse trabalhar com mais especificidade os termos para remediar os problemas", afirma. "[Contudo] É importante que seja votado em regime de urgência."

Truzzi acredita que ainda falta debate para tornar o PL de fato uma lei. "O assunto é extremamente complexo, delicado e vai afetar toda a população. Precisamos de mais transparência", afirma. "Exatamente como aconteceu com o Marco Civil", exemplifica.

Ainda não está claro, segundo a advogada, quem irá fiscalizar ou punir a lei, caso ela seja aprovada. "Isso já deveria ter sido definido", ressalta. "Se quem fiscalizar for uma agência reguladora específica, isso precisa ser definido por lei. Quanto ao CGI como entidade fiscalizadora, entendo que isso não é função dele neste momento."

Eleições

Caso o prazo proposto por Silva seja cumprido e o PL seja aprovado, ele pode ter influência sobre as eleições de 2022.

"Não vamos fazer medidas para as eleições em si, mas estando em vigência a lei, ela vai impactar, vai restringir a

viralização" avalia o deputado.

COMUNICAR ERRO 



Veja também



Com Covid em queda, CNJ manda liberar visitas e encomendas a presos



Controladoria-Geral da União, PRF e IFPR também confirmam ataque de hackers



De novo? Cientistas querem que Plutão volte a ser classificado como planeta

Conteúdo de Marca

Saiba formas de preparar o salmão do Chile para a ceia de Natal

2 Comentários

Os comentários são exclusivos para assinantes UOL. Leia e comente!

Já é assinante? [Faça seu login](#)

EXPERIMENTE 7 DIAS GRÁTIS

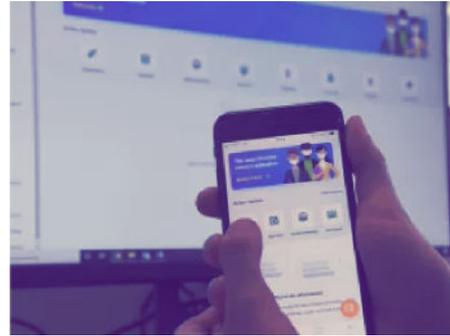
Fique por dentro



IBM e Samsung dizem ter criado chip que fará bateria durar uma semana

A IBM e a Samsung anunciaram uma nova tecnologia de chips capaz de dobrar a performance de aparelhos eletrônicos,...

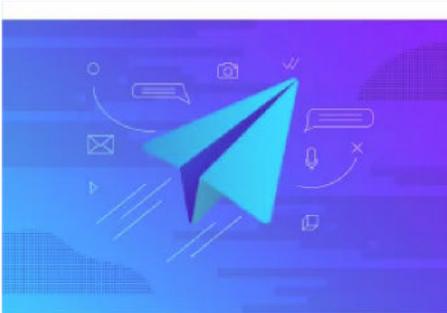
15/12/2021 15h20



Ministério da Saúde trabalha para volta do ConecteSUS, mas não há previsão

Os site e sistemas do Ministério da Saúde foram alvos de ataques cibernéticos e, desde sexta-feira (10), diversos...

15/12/2021 15h08



Abre o olho, WhatsApp: Telegram foi o app que mais cresceu em 2021

O app de mensagens Telegram foi o que mais acumulou usuários mensais ativos ao longo de 2021, de acordo com o mais

15/12/2021 13h42



Status 'online' restrito e emojis: veja novidades que chegarão no WhatsApp

O WhatsApp aproveitou o mês de dezembro para fazer duas mudanças nas funções de mensagens temporárias e envio de...

15/12/2021 13h37



'Tesla não levou a sério': mulheres denunciam assédio sexual na empresa

Na mesma semana em que Elon Musk foi eleito a pessoa do ano pela revista Time, funcionárias do grupo Tesla,...

15/12/2021 12h27



Air Fryer para secar roupas? Um bom meme, mas uma péssima ideia na prática

Nos últimos dias, viralizou nas redes sociais uma pergunta feita por um frequentador do grupo "Receitas Air Fryer"

15/12/2021 11h57





Bug raro em celular Android impediu homem de ligar 911 para socorrer a avó

Uma falha que impediu um homem de ligar de seu celular Android para o número de emergência 911, dos Estados...

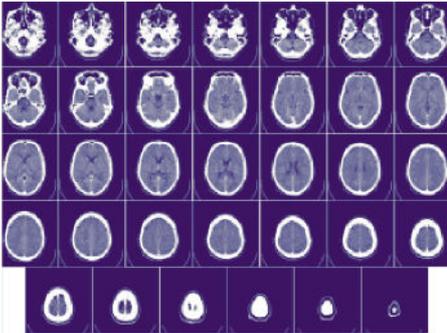
15/12/2021 11h15



Sem 4G: dados limitados tiram acesso dos mais pobres a benefícios sociais

A dona de casa Jaciane dos Santos, 25, é beneficiária do Bolsa Família e precisa às vezes atualizar o seu cadastro

15/12/2021 04h00



SUS terá banco digital para armazenar exames; mas isso é um risco?

Uma iniciativa que usa IA (Inteligência Artificial) está em fase em validação de algoritmos para disponibilizar ao

15/12/2021 04h00



Pressionada, NSO pode ser vendida e acabar com o programa espião Pegasus

A empresa israelense NSO Group corre o risco de não pagar suas dívidas e estuda alternativas, que incluem sua...

14/12/2021 18h16



GSI apura se ataques a sites do governo ocorreram com senhas de servidores

O GSI (Gabinete de Segurança Institucional) da Presidência apura se os ataques cibernéticos aos sistemas de...

14/12/2021 15h50



Podem mexer no seu cérebro sem pedir? Chile lança debate pioneiro em neurotecnologia

O Chile avançou na semana passada no debate de um projeto de lei pioneiro no mundo que busca regular o uso das...

14/12/2021 15h40

VER MAIS ▾

Siga Tilt



COMUNICAR ERRO ✕

